
PLANO DE GESTÃO

UNIPAMPA AUTÔNOMA E DIVERSA

Democracia, Autonomia e Empoderamento

CANDIDATO: JEFFERSON MARÇAL DA ROCHA

Sumário

Apresentação	3
O papel do Reitor e do Vice-Reitor	8
Propostas.....	10
Ações para a Construção Democrática e Autônoma	11
Propostas.....	12
Os Servidores e a Vida do Campus.....	14
Propostas.....	14
A Internacionalização da Unipampa	17
Propostas.....	17
Comunicação.....	19
Propostas.....	19
Apoio Estudantil e Diversidade	21
Propostas.....	21
Ensino, Pesquisa e Extensão	23
Propostas.....	23
Infraestrutura.....	26
Propostas.....	26
Finanças.....	28
Propostas.....	28
Relações entre Universidade e Movimentos Sociais	30
Propostas.....	30
Referências Bibliográficas	31

Apresentação

Este projeto foi constituído a partir das expectativas de um grupo de docentes, técnicos e discentes da Unipampa, representa uma visão de universidade humanista, democrática e comprometida com as classes menos favorecidas da sociedade brasileira, especialmente as habitantes da Metade Sul do Rio Grande do Sul, que por décadas não tinham alternativas de acesso ao ensino superior público e de qualidade. Se propõe a buscar em formas efetivamente democráticas de gestão uma nova perspectiva para a nossa universidade. Universidade Pública e gratuita na Metade Sul do RS é um projeto de Estado e que não pode retroceder sob nenhuma hipótese.

Um projeto que compreende a pesquisa, a extensão e o ensino como formas efetivas de interação social, capazes de levar a comunidade universitária da Unipampa a ser protagonista do desenvolvimento regional. É sobre as bases da autonomia, da democracia e do empoderamento social que esta proposta se assenta com uma visão de futuro em que o presente, não pode nos tirar a esperança do protagonismo transformador do humanismo libertário que queremos no futuro.

Desta maneira, nosso projeto abarca uma série de propostas para uma postura democrática da autonomia e do empoderamento social, envolvendo os papéis do Reitor e Vice-Reitor e as Pró-reitorias. As ações que devem ser implementadas de forma imediata para redirecionar a gestão para esta nova fase, com a consciência que estas mudanças devem ser absorvidas em cada campi e por todos os servidores, aliada a nossa relação com os países fronteiriços e a internacionalização da universidade, a política de comunicação, o apoio aos discentes e à diversidade, a percolação deste processo nas atividades fins de ensino, pesquisa e extensão, deverá ser uma estratégia capaz de encontrar soluções para a precariedade da infraestrutura e das finanças, porém sem perder nossa autonomia.

Não basta estarmos insatisfeitos com a conjuntura atual e com os rumos que a Unipampa trilha, em direção não coincidente com os objetivos de sua criação. Precisamos construir com a comunidade acadêmica uma nova senda, de forma participativa, que use a criatividade e a capacidade reflexiva e crítica de forma propositiva, buscando soluções negociadas que não

coloquem a universidade “de joelhos” frente ao MEC e ao Governo Federal, independente de quem esteja exercendo o poder.

Sabemos que momento político do Brasil é um dos mais complexos da história. O projeto do governo eleito nas eleições de 2018 é conservador de direita. Neste papel ele acena que a **EDUCAÇÃO**, especialmente das escolas e universidades públicas, deve estar atrelado unicamente a expectativas do mercado, e não a uma visão de universidade humanista e transformadora de múltiplas referências, como originalmente foi constituída. Ao estabelecer cortes desconsidera que a **EDUCAÇÃO NO BRASIL** precisa de ainda mais investimentos, e não de menos, especialmente para incompleta expansão universitária proposta nos últimos anos. Houve avanços importantes, mas ainda precisamos de mais recursos. A Unipampa fez parte desta expansão, apesar de seu quadro estrutural ainda incompleto ela é a esperança de uma região em que os jovens que aqui habitam, tenham amplas possibilidades de desenvolver seu potencial criativo e inovador. Mas também possibilitar que jovens de outras regiões do estado e/ou do país e/ou do exterior (fronteiriços) possam escolhê-la como uma referência de qualidade nas ciências, no ensino e que a diversidade e a democracia sejam um quesito reconhecido de nossa prática.

Neste contexto é que a representação do grupo **UNIPAMPA AUTÔNOMA E DIVERSA** se propõe a confrontar a lógica produtivista e insana dos mecanismos de mercado. Sabemos que a crise estrutural do capital, com sua agudização e acomodação no lastro dos últimos anos, exige a intensificação da produtividade do trabalho para a manutenção de maximização dos lucros e que tem, na desestruturação das relações de trabalho e da **EDUCAÇÃO** libertária, uma das suas principais estratégias. Nossa proposta é, então, a tomada de posição e reação frente aos desafios postos às instituições de ensino superior. Pressupõe-se que a conjuntura internacional e nacional não pode interromper os sonhos de uma sociedade mais justa, diversa, democrática e humanista, para isto acreditamos que as **UNIVERSIDADES PÚBLICAS** devem estabelecer estratégias de enfrentamento e resistência aos duros e permanentes ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

A possibilidade concreta para resistir à ofensiva cotidiana de precarização do trabalho depende de uma proposta autônoma e democrática, sobretudo no que diz respeito ao **PAPEL DAS UNIVERSIDADES**. Consideramos que será da resistência concreta pela manutenção da

autonomia das Universidades Públicas que os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras das classes mais pobres poderão garantir seus direitos de uma vida digna e livre no futuro.

A universidade é uma instituição milenar, sempre foi e será o lugar do pensar do fazer, do diferente, de criar coisas novas e ensinar as antigas. Por mais que os poderes, todos eles, tenham investido força e energia em controlá-las, por mais que estas tenham se institucionalizado e burocratizado, as universidades atravessaram a história como um local de resistência, em que é possível pensar e agir contra os poderes instituídos, de questionar e deslocar os sentidos já estabelecidos, de estudar e analisar criticamente o *status quo*, de fazer pesquisa, arte e política.

Não foram poucas as vezes que, diante do ímpeto rebelde e criativo dos universitários, as autoridades constituídas qualificaram as IES como lugares de “grande balbúrdia”. As ameaças de corte de verbas de instituições públicas a partir de concepções pessoais e ideológicas, é uma das mais perversas formas de atrelar recursos públicos a projetos de governo. As instituições de Estado como as universidades públicas, devem ter respaldo orçamentário independente de conchavos políticos. É inadmissível esperar que verbas parlamentares, seja ela de qualquer base partidária ou política, seja considerada a saída financeira para a Unipampa. Exigimos o que nos é de direito, e não podemos mendigar por verbas a partir de preferências política.

O que ocorre hoje, como em muitos outros momentos da história, é que os governos autoritários detestam aqueles e aquelas que não são cúmplices de seus desmandos e violência, de suas vilanias e malandragens. Não suportam aqueles e aquelas que insistem em apontar o dedo e dizer em alto e bom som: **“O REI ESTÁ NÚ”**.

Assim, ao ressignificar a atuação diante do Ministério da Educação, que tenta desqualificar as universidades para justificar a perseguição às mesmas, a comunidade acadêmica brasileira retoma as mais antigas tradições universitárias: a disputa pelos sentidos “das coisas” e a crítica aos poderes instituídos.

Nas universidades públicas, onde alguns veem balbúrdia, desencanto e doutrinação, há criação de um mundo novo, o qual está de mãos dadas com nossas melhores tradições científicas, políticas e artísticas. Nas universidades são produzidos REMÉDIOS, TECNOLOGIAS,

MÚSICA, DANÇA, CONHECIMENTO, SENTIMENTO, SENSIBILIDADE, AMIZADE, ENCONTRO E **POLÍTICA SIM!**

Às universidades tudo que é humano lhes interessa, seja para preservar, criar ou combater. Vivemos tempos em que é preciso combater para continuar criando e preservando. O nosso inimigo é, mais do que nunca, a barbárie, e esta vem quando uma sociedade descompromete-se com a **EDUCAÇÃO**.

A criação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), por meio da Lei n. 11.640/2008, representou um marco para o extremo sul do Rio Grande do Sul. Isto porque, além desta região historicamente ser estagnada economicamente e carente de investimentos, a Unipampa é uma política pública, pois o texto da Lei de criação aponta a importância da sua inserção regional.

De fato, o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em dez *campi* representou um impacto na vida de comunidades que, historicamente, encontravam-se à margem do acesso ao ensino superior gratuito, democrático e de qualidade.

Considera-se que os princípios da Universidade Federal do Pampa, baseiam-se no comprometimento com a ética, com liberdade, respeito à diferença e na solidariedade; na sua criação a **EDUCAÇÃO** foi vista como forma imprescindível de potencializar a sociedade da Metade Sul do Rio Grande do Sul, para que esta possa ser legitimamente agente autônoma de seu próprio desenvolvimento, especialmente ao dar oportunidades a filhos e filhas de trabalhadores pobres que não conseguiam “chegar” às universidades como UFRGS (Porto Alegre), UFSM (Santa Maria), UFPEL (Pelotas) ou FURG (Rio Grande). Assim, a Unipampa, nos seus dez *campi* deve estar comprometida não unicamente em prestar serviços à sociedade, mas ser protagonista de um novo patamar de desenvolvimento econômico e humano para região. Por isto, **TODAS** as áreas do conhecimento têm, nesta proposta, a mesma importância. Engenharia jamais terá sentido sem a literatura, a Física é apócrifa sem a Filosofia. A humanidade só é humanidade porque o conhecimento é vivo, múltiplo e interdisciplinar.

Assim, é possível caracterizar os treze anos de Unipampa na Metade Sul, como um período que, por certo, apresentou avanços, encontrando-se, contudo, aquém do que é possível fazer. Ainda em grande parte, o seu “retrato institucional” permanece circunscrito à sua criação.

A retomada do passado deve estar ligada a reinventá-lo como capacidade de explosão e de redenção. É o momento de transformar e, por meio da astúcia, equilibrar o passado e o futuro.

Por isso, este projeto apresenta uma perspectiva de vida universitária a partir do comprometimento político com docentes, discentes e técnicos administrativos em educação. Para tanto, inspira-se em três grandes diretrizes: **democracia**, **autonomia** e **empoderamento**. Linhas que só serão possíveis de tornar realidade quando a Universidade sair de sua torre de marfim (ALMEIDA FILHO, 2007; RIBEIRO, 2003) e tornar o espaço público um espaço de exercício de cidadania e protagonismo.

Para tanto, somente a **democracia** e o debate aberto entre todas as categorias que compõem a Universidade legitimarão uma Gestão Superior representativa. É possível debater abertamente o projeto que se quer de Unipampa, assegurando espaço e voz a todos. Por ser um espaço público, a Universidade deve reconhecer e valorizar o papel da participação da comunidade acadêmica e da comunidade local. No dizer de Álvaro Vieira Pinto “[a] reforma tem de ser feita *de fora para dentro*, por via política, e por força do potencial social adquirido pela classe estudantil nas suas ações de rua, na participação progressiva em todos os grandes problemas que dividem a opinião pública [...]” (1994, p. 61). Além disso, tem que ser assegurado o respeito à diversidade no ambiente universitário.

Contudo, a democratização só pode ser garantida se houver **autonomia**. As novas Universidades, criadas pelo programa de expansão do governo federal, estão, paulatinamente, sendo aviltadas e tornadas periféricas. Isto só é possível porque a Unipampa tornou-se fiadora das políticas do Ministério da Educação (MEC). Não é possível ser súdito de dois reis! A Gestão deve estar comprometida com os interesses da comunidade acadêmica e não de outros poderes (MEC, mercado e grandes forças econômicas). A Universidade é e deve continuar sendo do povo! (RAMPINELLI, 2011, p. 51). Para isso, precisa redimensionar a sua forma de atuar junto à Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), assegurar e fazer valer a sua **autonomia constitucional** junto ao MEC, estabelecer diálogos com entidades representativas de docentes, discentes e técnicos administrativos, ampliar efetivamente a autonomia dos *campi* e dialogar, permanentemente, com o poder local.

Com tais bases, é possível caminhar para a utopia possível de um processo sustentável de **empoderamento** da sociedade, conjuntamente com a Universidade, com ganhos quantitativos e qualitativos. Neste sentido, ocorre um comprometimento de uma via alternativa de construção de um projeto crítico e transformador capaz de estabelecer elos que superem o apelo apenas quantitativo das diretrizes fixadas pelos órgãos governamentais de fomento.

Este novo projeto universitário se volta à produção de saberes, qualificando constantemente docentes, discentes e técnicos administrativos por meio do estímulo a parcerias para inovação com órgãos públicos, além da incorporação dos saberes locais (comunitários) e dos movimentos sociais. O envolvimento deve se dar por meio de processos de democracia participativa, consulta popular e todo o tipo de interação horizontal com a comunidade. Com isso, visa-se à adoção de uma visão pluralista e de engajamento do ensino, da pesquisa e da extensão tendo como base a participação da comunidade, com seus anseios e demandas, garantindo o diálogo intercultural dentro dos processos de integração que envolve a Unipampa, que deve ser também a protagonista das discussões latino-americanas nos seu viés humanístico, democrático e livre.

Sabemos que muito já foi conquistado até aqui, porém é possível – e necessário – muito mais. Assim, faz-se essa apresentação como um convite à luta democrática, um convite à participação política. A mudança de projeto e a alternância no poder serão salutar para assegurar uma Universidade pública e de qualidade com a renovação através de um projeto emancipador capaz de ampliar o papel da Unipampa dentro do contexto local, regional, nacional e do Cone Sul, adequando-a ao cenário de democratização que virá nos anos vindouros.

O papel do Reitor e do Vice-Reitor

A Unipampa possui características próprias que enfatizam a necessidade de ser reinventada enquanto instituição de ensino superior. Afinal, diferentemente da concepção dita “normal” da estrutura universitária, ela é multicampi e, assim, está espalhada por dez municípios que abrangem três regiões do Rio Grande do Sul.

A estrutura legislativa elaborada no Brasil volta-se ao modelo centrado num município que, no máximo, possui alguma extensão em outro. De forma distinta, a Unipampa mantém, nos seus campi, todas as atividades (ensino, pesquisa, extensão). Assim, não há fórmula pronta; é fundamental analisar toda a estrutura, assegurar o exercício democrático e garantir a autonomia dos campi.

Para tanto, um passo importante deste projeto é redefinir o papel do Reitor e do Vice-Reitor. Não bastam apenas os textos normativos, como a Resolução n. 29 do Conselho Universitário (CONSUN), a qual elenca, em seu art. 55, as competências do Reitor e, no art. 56, as competências do Vice-Reitor. Para transformar o texto em norma, é preciso contexto.

Uma Universidade que de fato queira converter o texto do art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata da **autonomia** universitária, em realidade precisa rever politicamente os papéis de Reitor e Vice-Reitor.

Em primeiro lugar, o Reitor é um representante da Universidade. Portanto, deve se articular com os movimentos sociais e com representantes da comunidade na expectativa de transformar a sua fala em uma voz forte na defesa da Unipampa em cenário nacional.

Em segundo lugar, o Reitor deve pautar a sua atuação na Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), pela representação das posições coletivas e democraticamente construídas na Unipampa.

Em terceiro lugar, o Reitor é, acima de qualquer papel, um mediador. Como mediador, deve garantir o equilíbrio entre docentes, discentes e técnicos administrativos (KERR, 1982, p. 41).

Em quarto lugar, por ser um mediador, tem como tarefa, também, o empoderamento institucional diante da diversidade de grupos que compõem a Unipampa, multiversa por natureza. O Reitor torna-se o mediador de valores do passado, as perspectivas do futuro e a realidade do presente.

Em quinto lugar, ao Reitor cabe estabelecer um pacto social na e pela Universidade, estabelecendo um diálogo contínuo por meio de instrumentos de democracia participativa.

Em sexto lugar, a partir desse pacto, deve levar as posições ao MEC, de forma a assegurar a autonomia da Unipampa. O compromisso social não pode se esvaír nos gabinetes dos Ministérios.

Em sétimo lugar, a Unipampa, por suas características multicampi, deve ter na figura do Vice-Reitor um articulador institucional entre gestão, comunidade acadêmica e diretores, com autonomia para dialogar em nome da gestão; isto para além das competências regimentais.

Propostas

1ª - **Lugar de Reitor é no campus**: construção de prédio administrativo, dentro do campus Bagé, para abrigar Reitoria e pró-reitorias, que hoje ocupam prédios alugados que chegam ao custo muito alto. O Reitor e o Vice-Reitor devem estar presentes na vida de cada campus;

2ª - **Paguei, quero prestação**: apresentação de justificativas e resultados acadêmicos e sociais para o CONSUNI de viagens que pretenda ou tenha realizado ao exterior;

3ª - **Pacto pela Unipampa**: discussão ampla e democrática, via criação de Conselho Consultivo de Gestão, que assegure representação paritária das prioridades e que viabilize a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, posição que será levada ao MEC e à ANDIFES, além de Fóruns de Pró-Reitores;

4ª - **Prefeituras em foco**: debate com os Prefeitos Municipais para a viabilização do acesso ao campus, da criação de alugueis sociais, de projetos de ciclovia, zoneamento ambiental dos campi e da cidade e demais pautas elaboradas localmente;

5ª - **Coordenador Institucional**: acumulação, na figura do Vice-Reitor, da Coordenação das Relações Institucionais, responsável pelas articulações entre campus e Gestão;

6ª - **Gabinete Móvel**: uma vez por mês, o Reitor despachará nos campi e atenderá à comunidade acadêmica;

7ª - **Agenda participativa**: disponibilização de um dia da semana para atendimento direto a discentes, docentes e técnicos administrativos;

8ª - **Unipamparticipativa**: realização de consultas populares entre a comunidade universitária e os moradores da cidade por meio de assembleias gerais;

9ª - **Adicional de periculosidade**: luta junto ao Poder Executivo, à bancada gaúcha no Legislativo e à ANDIFES para a regulamentação do adicional como forma de fixação de servidores na Unipampa.

Ações para a Construção Democrática e Autônoma

O Programa de Expansão das Universidades Públicas brasileiras foi positivo, pois levou o Ensino Superior para regiões distantes dos grandes centros e deprimidas economicamente. Mas não deve parar por aí. A Unipampa, por suas características próprias, não pode reproduzir a fórmula utilizada pelas Universidades tradicionais, que não mais funciona.

A democratização da Unipampa é uma condição direta e necessária para que se possa inovar e produzir conhecimentos mais sintonizados com a sociedade. Parafraseando o professor Renato Janine Ribeiro, é aprender com o desastre (2003, p. 19). “Se realmente formos apostar na inovação, precisamos, antes de mais nada, formar gente que tenha a capacidade de inovar” (RIBEIRO, 2003, p. 19). É preciso mudar a concepção corrente de divisão dentro da comunidade acadêmica – e da comunidade acadêmica em relação à comunidade local – via de regra de forma assistencialista ou mercadológica, sem que haja um intercâmbio de saberes e práticas.

Tal reforma democrática diz respeito àqueles que estão fora da Unipampa, aos que nela não puderam ingressar. Falta, efetivamente, que se coloque a Universidade no âmbito da sociedade brasileira de forma ampla, e não parcial, albergado pela mera inserção regional. A missão é não deixar a Unipampa tornar-se “o cartório para o reconhecimento das funções proveitosas aos interesses da classe dominante” (PINTO, 1982, p. 28).

Para tanto, há propostas imediatas e não setorizadas que devem ser colocadas em prática para o fim do encastelamento da Universidade Pública, tornando-a um profícuo espaço público.

Propostas

1ª - Orçamento Participativo: a proposta é que cada campus possa elaborar e votar as suas prioridades orçamentárias. A sua estrutura deverá dar a mesma força a todos os segmentos da comunidade acadêmica e se abrir à participação da comunidade local;

2ª - Matriz Orçamentária Pública: os critérios para a definição do Orçamento da Unipampa devem ser abertos e debatidos por todos. É necessário dar, efetivamente, publicidade e transparência da composição do Orçamento, bem como da distribuição das funções com gratificações;

3ª - Conselho de Execução Orçamentária e Planejamento: conselho paritário responsável pela fiscalização do cumprimento do Orçamento e para propor alternativas em caso de cumprimento parcial;

4ª - Plano Diretor Ambiental e Arquitetônico: os dez campi querem crescer; a questão é: para onde e como? A Unipampa conta com estudantes de engenharia, de Administração, de Gestão Pública e de Gestão Ambiental que podem, com o apoio da Reitoria e das Coordenações de Curso, elaborar estudos para servir de base à discussão;

5ª - Pró-Reitoria de Apoio Social e Diversidade (PRASD): ocupará o espaço da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Os estudantes necessitam do apoio da Instituição, que deve assegurar uma política estudantil para mantê-los na Unipampa e garantir o respeito à diversidade em sentido amplo por meio de ações de *empoderamento* via NuDe;

6ª - Conselho Consultivo de Estudantes para o Apoio Social: assegurar junto à Pró-Reitoria maior influência na vida dos Estudantes, maior participação dos atingidos pelas ações via auxílio em suas criações e mudanças necessárias para melhor atendimento da comunidade acadêmica e em geral;

7ª - Debate e Consulta à Comunidade Acadêmica sobre a criação de uma Fundação de Apoio: é questão recorrente na Unipampa a criação de uma Fundação. Entende-se que a questão deve ser discutida (*prós e contras*), sucedida de consulta à comunidade acadêmica sobre a sua criação e, em caso de surgimento, que esteja a serviço integral dos **interesses públicos**;

8ª - Estatuinte acadêmica: debate amplo e irrestrito sobre a reformulação estatutária da Unipampa, que conte com a participação dos Movimentos Sociais e de intelectuais da comunidade comprometidos com a Universidade Pública, Democrática, Gratuita e de Qualidade;

9ª - Estudo de viabilidade da paridade em órgãos deliberativos: é arcaica a ideia de que os docentes devam participar na proporção de 70% nas deliberações. Não se pode chamar de democrática uma instituição que atua assim. O fim da tutela e superioridade numérica dos docentes nestes órgãos é condição fundamental para a construção democrática da Unipampa. Quer-se que todos os órgãos deliberativos, como CONSUNI e Conselho de Campus, tenham uma constituição paritária;

10ª - Articulação de Ações: desde 2006 a Unipampa vive seus lampejos democráticos de ações autônomas e desarticuladas. Cada campus age da forma que lhe convém e, a isso, é dado a alcunha de democracia. Por certo, os campi devem ser autônomos, porém não sem a articulação com as Pró-Reitorias.

11ª Desburocratização: a universidade é um órgão diferenciado do poder público, e apresenta uma dinâmica em suas demandas típica das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Tal dinâmica necessita de mecanismos mais eficientes em processos de aquisição de meios e estruturas para estas atividades. O embaraçamento jurídico dos processos nos submete a recorrentes atrasos nas demandas institucionais. É preciso um efetivo assessoramento jurídico que possibilite a agilidade, dentro da lei, evitando possíveis perdas de dinheiro público com construções inacabadas ou atividades paradas por burocracias geradas por incompreensão dos aspectos legais.

Os Servidores e a Vida do Campus

A Unipampa são dez campi, estrutura inédita em termos de organização da vida acadêmica. Desde o início das atividades, o desafio é assegurar a descentralização burocrática e democrática sem, com isso, distanciar-se da qualidade necessária a uma instituição desta envergadura.

Nesse sentido, a Gestão da Unipampa deve ser interlocutora, discutindo, debatendo e apontando as diretrizes para os campi e, assim, dando-lhes ampla autonomia. O papel da Gestão é o de mediação. Para tanto, deve levar em conta também os anseios das comunidades locais e dos movimentos sociais, tornando a universidade pública um verdadeiro espaço de empoderamento e construção do conhecimento.

As medidas a serem adotadas vão desde questões simples e operacionais até questões mais complexas, as quais se refletem na sua incorporação como espaço público. Passados 11 (onze) anos de existência, o que se nota é um avanço muito tímido e, por vezes, desconectado da sociedade civil.

Propostas

1ª - Distribuição e Redistribuição de Funções Gratificadas e Cargos de Direção: Estudar novos critérios para a distribuição de CDs e FGs na Unipampa;

2ª - Estudo sobre competências: é preciso definir, setor a setor, nos dez campi, quais as competências de cada um. É direito do servidor da Unipampa saber quais são as atribuições do seu cargo, inclusive como forma de diagnosticarmos as carências da Unipampa. Além disso, o resultado será um estudo para servir de suporte à implementação das 30 horas semanais dos Técnicos Administrativos em Educação;

3ª - 30 horas para os TAEs: conforme estudo já apresentado na Unipampa e a experiência de outras Universidades, é possível e legal a implementação das 30 horas semanais. A proposta é sua implementação gradual num trabalho conjunto entre Unipampa, CONJUR, CONSUNI e MPF.

- 4ª - Programa de Qualificação Docente da Unipampa:** a criação deste programa é fundamental para que o docente possa concorrer a bolsas dos órgãos de fomento para a realização do seu doutorado/mestrado. As diretrizes do Programa serão elaboradas pelas PROGESP e, após isto, cada campus deverá definir suas prioridades;
- 5ª - Matriz de Distribuição de Vagas para Qualificação (docentes/TAEs):** debate com todos os campi, de acordo com as suas peculiaridades, para a criação de critérios/regras para qualificação docente e de TAEs;
- 6ª - Edital interno para a qualificação docente e de TAEs:** cada campus deverá realizar chamadas internas para qualificação docente e de TAEs. Experiências adotadas servirão como subsídios;
- 7ª - Edital interno para realocação de TAEs:** elaboração de edital para aqueles TAEs que tenham interesse em serem realocados em outros setores do campus em que estão lotados;
- 8ª - Encargos docentes:** Reavaliar a Resolução sobre as diretrizes, que precisa ser mais explícita quanto vale cada encargo docente. Entende-se que devem ser contabilizadas nos encargos docentes as horas de trabalho para orientação (mínimo e máximo), aulas e orientações nas pós-graduações *lato sensu* e cargos e participações em comissões dentro da Unipampa. Para uma política séria de diagnóstico dos vícios de cada unidade, é preciso estabelecer os encargos docentes. Contudo, este trabalho deve ser um esforço conjunto entre PROGESP e representantes dos dez campi;
- 9ª - Comitês Locais de Política de Pessoal:** dialogar e utilizar como substrato para as decisões da gestão as orientações dos Comitês Locais de Política de Pessoal;
- 10ª - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD):** desburocratizar o processo de progressão e promoção docente, nos limites da lei, tornando-o mais célere e técnico, sem reexames desnecessários por cada instância. A proposta é tornar o processo totalmente eletrônico e possível de acompanhar via internet;
- 11ª - Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS):** manter e ampliar o processo de capacitação dos servidores da Unipampa;

12ª - Capacitação Pedagógica: processo de capacitação pedagógica contínua para servidores da Unipampa voltada, principalmente, ao atendimento de alunos portadores de necessidades especiais;

13ª - Universidade Aberta: como espaço público e de empoderamento, a Universidade deve estar disponível à comunidade. Propõe-se que os campi da Unipampa sejam palco de uma programação cultural, inclusive nos finais de semana;

14ª - Biblioteca Aberta: a biblioteca é o coração da Universidade, ainda mais quando o perfil de muitos dos estudantes é de trabalhadores. Para que possam, com qualidade, concluir seus estudos, é necessário concentrar esforços durante os finais de semana e ao meio-dia. Assim, intenta-se que as bibliotecas abram ao meio-dia (todos os dias) e aos sábados, garantindo o bom uso do seu acervo;

15ª - Fim da multa pecuniária: por não ter sustentação legal, propõe-se o fim da multa pecuniária e o estabelecimento da suspensão (por dias) da retirada de livros como forma de multa;

16ª - Automatização do pagamento da hora noturna aos servidores: é direito, não é benefício. Por meio dos campi, a PROGESP será informada e encaminhará o pagamento do adicional de hora noturna aos servidores que fizerem jus;

17ª – Sistema de informação (SEI) potencializar o sistema de informatização de todos os processos da Unipampa, bem como a criação de protocolo eletrônico. O SEI deve ser efetivamente institucionalizado. Isto deverá assegurar ao requerente a transparência dos dados e o acompanhamento do seu processo.

A Internacionalização da Unipampa

Uma universidade fronteiriça já nasce, ainda que inadvertidamente, internacional. Porém, nem por isso ela é *institucionalmente internacionalizada*. Os dez campi, sejam os que fazem divisa direta com a República Argentina ou a República Oriental do Uruguai, sejam aqueles que se encontram um pouco mais afastados, fazem parte de uma lógica de fronteira que inclui regiões dos países vizinhos em um *continuum* sociocultural sul-americano. Isto é um grande ativo – com o qual a Unipampa tem sorte de já ter nascido – que deve, todavia, ser mais explorado e ampliado. Para isto, incluímos quatro propostas para que a internacionalização da Unipampa seja ampliada de forma participativa e democrática.

Propostas

Em primeiro lugar, a Unipampa deve *potencializar os convênios que já possui* com instituições estrangeiras. Durante seus anos de atividade, a Assessoria de Relações Internacionais da Unipampa (ARInter) deu passos importantes rumo à celebração de convênios com universidades de alguns países. Tais ações, contudo, devem ser acompanhadas de projetos constantes de interação acadêmica que digam respeito ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão acadêmica e que partam dos discentes, dos docentes e dos TAEs da nossa instituição. Deste modo, é preciso pensar a celebração de novos convênios e, concomitantemente, trabalhar de forma constante para que estes documentos funcionem como o *início* de uma vivência internacional das categorias que compõem a universidade.

Em segundo lugar, não se pode pensar uma universidade internacionalizada que não tenha como política a construção do *domínio de idiomas estrangeiros* pela comunidade acadêmica. Desta forma, a ARInter colaborará com a reitoria e os campi para a instituição dos Núcleos de Idiomas *fixos* e *permanentes*, e não apenas sazonais, que desenvolvam o potencial multilíngue de discentes, docentes e TAEs, com cotas inclusivas para membros das comunidades locais com base em critérios socioeconômicos. Isto deverá trazer melhoras sensíveis na competitividade dos discentes da Unipampa, de forma ampla, quando da publicação de editais

pelo Programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal e de agências nacionais e internacionais.

Em terceiro lugar, buscar-se-á, através de discussões periódicas da ARInter com grupos discentes de todos os campi, os melhores critérios para se *selecionar alunos para intercâmbio acadêmico internacional*, seja com base no mérito acadêmico, seja com base em elementos socioeconômicos, conforme as peculiaridades de cada campus e os editais disponibilizados pela Unipampa, por instituições estrangeiras ou por órgãos governamentais. O Programa de Apadrinhamento ao aluno estrangeiro deverá ser valorizado e contar como experiência acadêmica no currículo discente, ponto a ser defendido pela ARInter em discussões com as comissões locais e as coordenações acadêmicas.

Em quarto lugar, a Unipampa não pode desconsiderar a qualidade do seu pessoal docente e o valor de uma experiência acadêmica internacional – e o quanto isto se reflete em benefícios para os campi onde tais servidores estão lotados. Logo, a ARInter buscará sistematizar, através dos convênios já estabelecidos e a serem estabelecidos com instituições estrangeiras, através de discussões com a PROGESP e com o corpo docente, *o intercâmbio docente de e para a Unipampa*, buscando levar nossos professores para ensino e capacitação no exterior e buscando trazer docentes externos para temporadas nos nossos campi, qualificando ainda mais, desta maneira, os currículos acadêmicos dos nossos cursos.

Logo, a ARInter deverá ampliar o escopo de suas atividades para congregar, através do diálogo permanente, as várias categorias universitárias em torno do projeto de internacionalização da universidade, o qual deve ter como escopo: 1) a ampliação do conhecimento local incluindo perspectivas externas; 2) a contribuição regional para a construção de saberes em outras localidades; e 3) a reafirmação da Unipampa como universidade *integradora* sul-americana, com olhos atentos tanto ao Cone Sul quanto às mais diversas parcerias regionais e extrarregionais.

Comunicação

Para que a articulação entre os dez campi seja efetiva, possível e a custo razoável, a comunicação e a articulação entre os diferentes meios de comunicação são fundamentais. Nesse sentido é possível reconhecer que houve, nos últimos quatro anos, uma melhoria substancial, principalmente no acesso à internet (velocidade) e na utilização de instrumentos como a webconferência.

Mas não é só isso. O aperfeiçoamento da Assessoria de Comunicação Social a tornar, também, um meio eficaz de diálogo da Reitoria da Unipampa, de setores administrativos e dos campi com a sociedade civil. A Universidade conta com um qualificado corpo de pessoas versadas em Comunicação Social; a despeito disto, observa-se um menosprezo da potencialidade deste setor.

Não se pode esquecer que “[a] Internet foi apropriada pela prática social [...]” (CASTELLS, 2003, p. 99), ou seja, não é possível ignorar o seu papel como forma de difusão de informação e de diálogo.

Com base nisso, formulam-se propostas para que possamos aprofundar os laços entre os dez campi e potencializar a comunicação entre Unipampa e comunidade acadêmica, Unipampa e sociedade civil.

Propostas

1ª - Rádio Universitária: o projeto já está em andamento, mas falta vontade política para colocá-lo em prática. A criação da Rádio interligará os campi e a sociedade civil com uma programação cultural e informativa;

2ª - Editora da Unipampa: também é outro projeto que se “arrasta” por anos na Unipampa. Urge a criação da Editora com um conselho editorial independente. Por meio da Editora e, conseqüentemente, da gráfica da Unipampa, deseja-se criar um informativo bimestral (virtual e impresso), além de publicizar o conhecimento criado dentro da universidade;

3ª - Redes Sociais: comunicar, ser ouvido e ser respondido. As redes sociais são um instrumento para divulgação – mesmo que bem humorada – das atividades e dos planos da gestão. Contudo, também, será um meio para ouvir as reclamações, os problemas e atendê-los. Neste sentido, são fundamentais páginas no Facebook, perfis no Twitter, canais no Youtube e perfil no Instagram;

4ª - Aperfeiçoamento do site: o portal do Unipampa será aperfeiçoado tornando os processos mais transparentes e criando instrumentos virtuais de consulta totalmente seguros. Tudo possível com tecnologia própria e parceria com os cursos de graduação que possam desenvolver esse setor;

5ª - Autonomia no espaço do campus: os campi devem ter maior autonomia na divulgação de informações no seu espaço no site sem precisar enviar matérias e ter seu conteúdo revisado. O primado é da liberdade de expressão, liberdade de ser contra ou a favor ou indiferente a qualquer gestão;

6ª Incentivo a reuniões via webconferência: a reunião presencial apresenta custos altíssimos. Reconhece-se a importância do encontro presencial, mormente, em termos de articulação de questões políticas da Unipampa. Contudo, reuniões burocráticas ou técnicas podem/devem ser realizadas, na medida do possível, via webconferência, gerando recursos fundamentais para ações prioritárias;

Apoio Estudantil e Diversidade

Atualmente, a Unipampa conta com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Contudo, suas práticas e políticas têm sido claramente deficitárias em relação às demandas da comunidade acadêmica. É preciso inovar e, com isto, sobrepujar a estagnação deste órgão.

Esta Pró-Reitoria é mais do que a mera prestação de assistência: o estudante deve se sentir parte da Unipampa, deve receber apoio estudantil, deve ter a sua diversidade cultural, comportamental e sexual reconhecida e respeitada na Universidade. Para isto, não basta ampliar bolsas de permanência ou atender de acordo com a demanda dos estudantes: é preciso estar sintonizado e estabelecer condições para um ambiente acadêmico saudável.

A mudança do nome passa por uma mudança de concepção política dentro da Unipampa que seja capaz de ampliar as antigas pautas e incorporar as novas que batem às portas da Universidade. O estudante não é um ser tutelado pelo docente: ele é uma parte igualmente importante e autônoma da Unipampa. Para romper com lugares comuns, é preciso romper com o conservadorismo típico das Universidades centralizadas.

Propostas

1ª - Manter as bolsas permanência e assegurar o pagamento em dia: em tempos de ajuste fiscal (neoliberal), um dos desafios à nova administração é manter o pagamento de bolsas que são fundamentais aos estudantes. As bolsas serão mantidas e ampliadas – na medida em que a Unipampa cresce – e pagas em dia;

2ª - Criação de indexador para o reajuste das bolsas: elaboração de indexador que assegure o reajuste das bolsas de acordo com a variação inflacionária;

3ª - Restaurante Universitário: disponibilização nos dez campi e reexame dos atuais contratos de prestação de serviços para redução do valor cobrado, melhoria do serviço e oferecimento de maior qualidade do serviço por meio da aquisição de alimentos advindos de produtores agroecológicos locais;

4ª - Moradia Estudantil: terminar as construções de moradias e melhoria dos serviços de moradia estudantil através de projetos sustentáveis;

5ª - Bicicletários nos dez campi e disponibilização de bicicletas: para que o estudante possa fazer o trajeto campus-Cidade-campus serão disponibilizadas bicicletas por meio de parcerias com Prefeituras e agentes da comunidade local;

6ª - “Bixo Perdido”: projeto piloto do campus Santana do Livramento visa divulgar uma cartilha impressa e virtual com os principais endereços, telefones e possibilidades de aluguéis. O que se pretende é espalhar pelos dez campi esse projeto;

7ª - Creches: das normas à realidade, efetivar e potencializar o pagamento do auxílio-creche;

8ª - Calourada: atividades culturais e de integração nos dez campi;

9ª - Semana da Diversidade: destinada ao debate e à discussão da diversidade na Unipampa;

10ª - Núcleo de Desenvolvimento Educacional: espaço de empoderamento dos estudantes, que deve estar mais articulado com os mesmos e ser mais proativo. Para isto, é fundamental a articulação com a PRASD;

11ª - Autonomia: apoio irrestrito à constituição do Movimento Estudantil da Unipampa como legítimo, representativo e autônomo, independentemente das posições adotadas em relação à Gestão da Unipampa.

Ensino, Pesquisa e Extensão

Defende-se que a prática educacional requer a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; são momentos diferentes e complementares da consolidação do saber. Em aula, toma-se conhecimento dos saberes necessários à formação específica. A pesquisa possibilita que este saber seja testado, assim como é possível a criação de novos saberes. Durante a extensão, estabelece-se a relação com a comunidade da qual a universidade faz parte e, assim, efetiva-se seu papel de interação e troca de saberes e práticas.

Assim, a efetivação do tripé ensino-pesquisa-extensão é parte fundamental do processo de aprendizagem e da consolidação de uma universidade capaz de criar e se envolver com a comunidade circundante. Ademais, é papel da gestão ir além do papel usual dado a tais atividades, que geralmente são tratadas como um processo mercadológico ou assistencialista. Assim, busca-se a efetivação de uma universidade popular de fato.

Diante disso, é preciso sair da “torre de marfim” que se tornou a Universidade Pública no Brasil e incorporar os saberes populares na constituição democrática da Unipampa. Urge a participação ampliada dos movimentos sociais nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

Propostas

1ª - Simplificação/readequação da terminologia: utilizada para nomear as bolsas e editais de ensino, pesquisa e extensão de forma a incentivar a participação dos discentes. Deve servir como forma de desburocratização e atração do corpo discente a ser parte destes;

2ª - Prazos e fluxo contínuo: apresentação de prazos adequados por meio de edital para a produção de projetos de ensino, pesquisa e extensão, com notificação de todos os atos produzidos no procedimento administrativo;

3ª - Transparência e agilidade na certificação dos projetos executados: processo virtualizado e simplificado;

4ª - Mapeamento de áreas do saber: amplo debate com todos os campi para que sejam consideradas as peculiaridades de cada área do saber no que diz respeito ao reconhecimento dos métodos de realização dos projetos de pesquisa;

5ª - Fóruns por área de saber: visa identificar as peculiaridades e estabelecer grupos de trabalhos que possam avaliar projetos de acordo com a peculiaridade da área, conferindo maior autonomia aos proponentes. Além disso, debate contínuo acerca dos projetos político-pedagógicos de curso;

6ª - Projetos locais, empoderamento local: levantamento, via Pró-Reitorias, das demandas locais de cada campus e cidade, de forma a facilitar a elaboração e realização de projetos locais quando for cabível.

7ª - O papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA): dialogar e aprofundar o debate com CPA para estabelecer objetivos de curto e médio prazo para aperfeiçoar os processos da Unipampa e avançar nos campos do ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;

8ª - Núcleos de Idiomas: incentivo, por meio de estrutura e bolsistas, à criação, em cada campus, de um núcleo de línguas estrangeiras para aperfeiçoamento da comunidade universitária. Serão convidados a ministrarem aulas docentes, TAEs, estudantes e pessoas da comunidade local que tenham conhecimentos em línguas estrangeiras. Todos serão certificados, no caso dos TAEs e docentes, como forma de encargo em projeto de extensão e, no caso dos alunos, como atividade complementar de graduação;

9ª - Diálogos entre graduação, pós-graduação e núcleos: estímulo ao diálogo e participação entre estudantes da graduação e pós-graduação, bem como a participação destes no processo de inovação tecnológica, por meio do PampaTec e do Centro de Interpretação do Pampa;

10ª - Consolidação dos cursos de graduação: Debate acerca da ampliação/restrição/manutenção do quadro dos cursos de graduação da Unipampa, com base no PDI;

11ª - Ampliação/Manutenção de pós-graduação *stricto sensu*: política de apoio para a manutenção dos programas de pós-graduação *stricto sensu* já existentes e criação de fóruns de discussão para a elaboração de novos projetos;

12ª - Empreendimentos solidários: estímulo, via edital próprio, à criação de incubadoras de cooperativas populares, visando uma relação dialógica entre equipe de incubadoras e grupo assistido, de modo a promover a existência e a consolidação destes empreendimentos para que estes tenham características gradualmente mais compatíveis com os princípios da economia solidária. Estes são processos de inovação condizentes com o *ethos* da Universidade Pública;

13ª - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): consolidação, divulgação e diálogo permanente com o NIT.

14ª - Cursos da Educação a Distância (EAD): fortalecer e apoiar os cursos da educação a distância, ampliando a atuação da Unipampa e contribuindo para o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, desde de que não acarrete em competição com o ensino presencial e que não entre em conflito com as diretrizes de cada área do conhecimento.

Infraestrutura

A recente criação da Unipampa tem, como consequência direta, a necessidade de estar permanentemente em obras. Não há uma estrutura consolidada. Os campi de São Borja, Itaqui, Jaguarão, Alegrete, Uruguaiana, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Caçapava do Sul estão em obras que parecem inacabáveis. Prédios administrativos, laboratórios, restaurantes universitários, casa do estudante, reformas elétricas, dentre outros precisam se efetivar. É preciso uma postura de cobrança efetiva da mantenedora da Unipampa (MEC) para que estas obras não virem elefantes brancos eternos.

Outras demandas surgirão ao longo dos próximos anos e o fato de não haver um Plano Diretor faz com que a Unipampa trabalhe com uma infraestrutura deficitária. A intenção não é apontar responsáveis, mas compor diretrizes para o crescimento físico, sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

Assim, acredita-se que, num ambiente de austeridade econômica, apenas o planejamento em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pode permitir a manutenção, num primeiro momento, e a ampliação, num segundo momento, da estrutura física da Unipampa.

Propostas

1ª - Obras em andamento: assegurar que as obras em andamento cheguem ao seu fim. Nada de esqueletos ou obras pela metade. Deve-se finalizar o que está em andamento, dando total transparência aos valores e à execução;

2ª - Fiscalização: aumento no rigor, principalmente, na análise jurídica, dos contratos administrativos para a realização de obras públicas. Com isso, poder-se-á assegurar o equilíbrio da equação econômico-financeira sem termos aditivos ou modificativos desnecessários. Para tanto, propõe-se parceria com o curso de Direito, servindo de formação aos acadêmicos;

3ª - Plano Diretor: já apresentada antes, quer-se a elaboração de plano diretor ambiental e arquitetônico da Unipampa, tendo como base o PDI. A prioridade é pela formação de projetos de bioconstrução e arquitetura ecológica com aproveitamento adequado da água, da energia solar e de resíduos. As parcerias com os cursos de engenharia da Unipampa serão fundamentais;

4ª - Espaços de convivência: todos os campi deverão ter espaço para convivência dos estudantes e servidores. Isso inclui cessão de espaço para Centros Acadêmicos, Empresas Jrs., Diretório Central dos Estudantes, dentre outros;

5ª - Condições Adequadas: oferecer condições adequadas ao desempenho das atividades de pesquisa, ensino e extensão, tais como laboratórios, bibliotecas e equipamentos. Para isto, será realizado um levantamento junto ao corpo diretivo dos dez campi acerca das necessidades de cada um, levando em conta o planejamento institucional;

6ª - Casa do Estudante: garantia de uma casa do Estudante por campus, debatendo as condições e o número de ocupantes com os discentes;

7ª - Restaurante Universitário: um restaurante universitário por campus, incentivando a parceria com produtores agroecológicos;

8ª - Prédio Administrativo da Reitoria: construção de prédio administrativo da reitoria, dando fim ao aluguel.

Finanças

O momento da economia brasileira é delicado. As ações emanadas do Ministério da Economia, tem afetado todas as áreas, e com a educação não tem sido diferente. A previsão é de um corte orçamentário que irá inviabilizar as atividades das IFEs nos próximos anos.

Diante disso, o que se pode prever para o próximo quadriênio é que a necessidade de poupar afete as Universidades Públicas também. Assim, é preciso estar preparado para atuar em duas frentes plenamente conciliáveis.

A primeira deve estar voltada para uma atuação política da Reitoria incessante na demanda de mais recursos, em virtude das condições de trabalho ainda não adequadas. Novamente, o diálogo com parlamentares gaúchos, governo do Estado do Rio Grande do Sul e ações via ANDIFES devem pautar as ações.

A segunda deve agir para a redução de custos não prioritários na gestão da Unipampa, economia que poderá se refletir no reinvestimento de valores para a expansão das políticas de apoio social e aquisição de materiais.

Propostas

1ª - Prédios administrativos: redução de custos com prédios administrativos locados. Exame da possibilidade da instalação nos campi. Construção do prédio da Reitoria no campus Bagé;

2ª - Diárias: redução do custo com diárias por meio do incentivo à realização de reuniões por videoconferência. A Unipampa conta com uma estrutura razoável cuja utilização deve ser otimizada;

3ª - Controle Interno: trabalho em conjunto com o Conselho Curador (CONCUR) e Auditoria Interna a fim de reduzir custos e aumentar o controle patrimonial;

4ª - Consciência ecológica: incentivo ao uso consciente de energia nas dependências da Unipampa;

5ª - Fórum de Coordenadores Administrativos: fórum para debater com Coordenadores Administrativos dos dez campi maneiras de reduzir custos na Unipampa.

Relações entre Universidade e Movimentos Sociais

É através das organizações de movimentos sociais que se dão as mudanças na sociedade, estando divididos entre aqueles que representam a defesa do *status quo*, via de regra de caráter reacionário, e, por outro, lado, aqueles que buscam mudanças como forma de alterar algum aspecto da realidade que lhes oprime. É com este segundo grupo que nos identificamos.

Logo, propõe-se dialogar com as organizações de movimentos sociais que buscam alterar a correlação de forças da sociedade atual. Compreendemos que é fundamental abrir espaço para o debate de gênero, etnia, sexualidade e classe, compreendendo que é através da ampliação da participação real nos espaços da universidade que ocorrerá uma democracia de fato.

Propostas

1ª - Espaço para Coletivos: abrir espaços de participação efetiva de coletivos (feministas, étnicos, de classe e outros) dentro da universidade por meio da PRASD, respeitando a autonomia destes grupos;

2ª - Democratização da mídia: acatar a demanda de democratização da comunicação quando da criação da rádio universitária da Unipampa;

3ª - Fórum Permanente: fórum permanente de discussão de grandes temas nacionais das políticas públicas como Imposto sobre Grandes Fortunas e Lei de Mídia, visando estabelecer diálogo sobre temas que são omitidos pela grande mídia nacional.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília: UnB; Salvador: EDUFBA, 2007.

BUARQUE, Cristovam. **A Aventura da Universidade**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KERR, Clark. **Os Usos da Universidade**. Fortaleza: UFC, 1982.

OURIQUES, Nildo. **O Colapso do Figurino Francês: crítica às ciências sociais no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1994.

RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (orgs.). **Crítica à Razão Acadêmica**. Florianópolis: Insular, 2011.

_____; ALVIM, Valdir; RODRIGUES, Gilmar. **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo: Xamã, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Universidade e a Vida Atual: Fellini não via filmes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Delinquência Acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo, 1979.